



**Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)**

**Avaliação, Políticas e Expansão  
da Educação Brasileira**

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da  
Educação Brasileira

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-476-4 DOI 10.22533/at.ed.764191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS REFLEXIVOS	
Diego Bechi	
DOI 10.22533/at.ed.7641910071	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE INGLÊS PARA FINS ESPECÍFICOS E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE SOCIAL DO ENSINO	
Liamara Baruffi	
DOI 10.22533/at.ed.7641910072	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>27</b>
A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REPRESENTAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Luiz Carlos Lückmann	
DOI 10.22533/at.ed.7641910073	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>39</b>
CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA DIGITAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA EDUCATIVA EM SANTARÉM-PARÁ	
Adriane Panduro Gama	
Tânia Suely Azevedo Brasileiro	
DOI 10.22533/at.ed.7641910074	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>56</b>
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA	
Patrícia Aparecida da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.7641910075	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>64</b>
DESIGN EDUCACIONAL NA ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA CURSOS ONLINE: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOCENTE	
Edilene Cândido da Silva	
Juliana Teixeira da Câmara Reis	
Raiane dos Santos Martins	
DOI 10.22533/at.ed.7641910076	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>72</b>
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A FORMAÇÃO DOCENTE: ANALISANDO O PROJETO VISITANDO A BIOLOGIA DA UEPG	
Fernanda Mendes Ferreira	
Fernanda Verônica Fleck Pereira	
José Fabiano Costa Justus	
DOI 10.22533/at.ed.7641910077	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>83</b>
FORMAÇÃO DE GESTORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Eridan Rodrigues Maia Aída Maria da Silva Marcia Betania de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7641910078</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>99</b>
FORMAÇÃO DOCENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO EDUCATIVO: COMPREENSÕES DOS PROFESSORES DE LIBRAS	
Graciele Alice Carvalho Adriano Ana Clarisse Alencar Barbosa Mônica Maria Baruffi Patrícia Cesário Pereira Official	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7641910079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>110</b>
FORMAÇÃO EM CONTEXTO COMO ESTRATÉGIA DE MELHORIA DA OFERTA EDUCATIVA EM EDUCAÇÃO INFANTIL	
Rosemeri Henn Marlene da Rocha Migueis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>122</b>
FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: CORPO, CULTURA DE MOVIMENTO E JOGOS INDÍGENAS	
Camila Ursulla Batista Carlos Glycia Melo de Oliveira Moaldecir Freire Domingos Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>132</b>
LETRAMENTO PARA O TRÂNSITO: EVENTOS E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS	
Klébia Ribeiro da Costa Ana Maria de Oliveira Paz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100712</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>144</b>
NAS RUAS E NAS DELEGACIAS O MUNDO É OUTRO: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO EXPERIENCIAL DO POLICIAL CIVIL	
Elton Basílio de Souza José Geraldo Pedrosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100713</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>156</b>
O IMPACTO DO PIBID NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFPB	
Bruna Tavares Pimentel Heytor de Queiroz Marques Raphaella Ferreira Mendes Weverson Bezerra Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>166</b>
O PAPEL DO TRABALHO EM GRUPO NA FORMAÇÃO DA AUTONOMIA DO PENSAMENTO: UMA ABORDAGEM PIAGETIANA	
Rosenei Cella Rosana Cristina Kohls Ivana Aparecida Weissbach Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>172</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEGISLAÇÃO: RECORTE VOLTADO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOCENTE	
Luciane Helena Mendes de Miranda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>184</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO FAZER PEDAGÓGICO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES	
Giovanna Rodrigues Cabral	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>195</b>
REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO MATEMÁTICA DO PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Mateus De Souza Coelho Filho Evandro Luiz Ghedin	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>211</b>
TRABALHO E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Jacir Mario Tedesco Filho Matilde Dias Martins Pupo Sandra Terezinha Urbanetz Simone Urnauer	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>216</b>
CEALE: SIGNIFICADOS APRESENTADOS POR DOCENTES ALFABETIZADORES	
Bernarda Elane Madureira Lopes Cristiana Fonseca de Castro Elisa Carneiro Santos de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100720</b>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>229</b>
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE TEXTOS	
Andréa Cristina Maggi	
Ivo de Jesus Ramos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>243</b>
IDENTIDADES PROFISSIONAIS DE UM GRUPO DE PROFESSORES EM UMA ESCOLA PÚBLICA E O CONCEITO DE FUNÇÃO DOCENTE FORMATIVA: NARRATIVA DE MEMÓRIA	
Fernando Lucas Oliveira Figueiredo	
Santuza Amorim da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>258</b>
VISÃO DO PROFESSOR PESQUISADOR E FORMADOR ANTE A PROPOSTA DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DOCÊNCIA NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL	
Marta Rosa Borin	
Neida Maria Camponogara de Freitas	
Heliana de Moraes Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>269</b>
CUIDAR E EDUCAR:UM ESTUDO SOBRE A CAPACITAÇÃO DE CUIDADORES EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	
Bianca Cristina dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100724</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>278</b>
ME FORMANDO PROFESSORA: MAGISTÉRIO, PEDAGOGIA E O PIBID	
Pamela Fonseca Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100725</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>284</b>
REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÕES CONTINUADAS PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Malcus Cassiano Kuhn	
Michele Roos Marchesan	
Naiara Dal Molin	
Helena Miranda da Silva Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100726</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>295</b>
O ENSINO DA MATEMÁTICA NO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: UMA ANÁLISE DO CADERNO DE APRESENTAÇÃO	
Suellen Cristina Marciano	
Daniela Paula da Silva Mariano	
Roberta Negrão de Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100727</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>307</b>

## A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS REFLEXIVOS

### Diego Bechi

Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo (UPF). Email: diego\_bechi@yahoo.com.br.

Universidade de Passo Fundo (UPF), Programa de Pós-Graduação em Educação, Passo Fundo - RS

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre os desafios da formação acadêmica e o papel das disciplinas humanas e sociais na formação de profissionais reflexivos e comprometidos com as causas sociais. No primeiro capítulo, faz-se uma análise das transformações políticas, econômicas e socioculturais ocorridas no bojo da sociedade global que incidiram sobre o processo de expansão e de mercantilização do ensino superior no país. Em seguida, são apresentadas as características que compõem o atual cenário educacional e as consequências provenientes das reformas educacionais de caráter neoliberal e do modelo de gestão empresarial às instituições de educação superior. Por fim, são descritos os desafios e as reais funções da educação superior frente a uma sociedade complexa e dinâmica, acrescidas de mudanças que exigem a formação de profissionais reflexivos, capazes de pensar de forma independente e de respeitar a dignidade humana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Globalização. Educação Superior. Mercantilização. Formação acadêmica. Profissional reflexivo.

**ABSTRACT:** The present work aims to reflect on the challenges of academic formation and the role of human and social disciplines in the formation of reflective professionals committed to social causes. In the first chapter, an analysis is made of the political, economic and socio-cultural transformations that have taken place in the sphere of global society, which focused on the process of expansion and commercialization of higher education in the country. Next, the characteristics that make up the current educational scenario and the consequences of neoliberal educational reforms and the business management model for higher education institutions are presented. Finally, the challenges and real functions of higher education are described in a complex and dynamic society, accompanied by changes that require the formation of reflective professionals capable of thinking independently and respecting human dignity.

**KEYWORDS:** Globalization. College education. Mercantilization. Academic graduation. Reflective professional.

## 1 | INTRODUÇÃO

Ao reportar-se aos desafios da formação universitária no contexto marcado pela mercantilização do ensino superior torna-se necessário, primeiramente, refletir sobre as transformações políticas, econômicas e socioculturais ocorridas nas últimas décadas em âmbito mundial. Os processos de globalização mediados pelo desenvolvimento das tecnologias da informação, somados aos objetivos e ações propostas pelo ideário neoliberal, especialmente no campo das políticas educacionais, colocaram em cheque a natureza e o papel da universidade. No mundo contemporâneo, com a denominada revolução da informática e os avanços no âmbito da comunicação, o conhecimento passou a ser altamente comercializável. Para poder explorar com mais intensidade o seu potencial lucrativo, na década de 90, foram estabelecidas reformas no campo educacional, cujas propostas estimularam o aumento do número de instituições de ensino superior privado/mercantis e a comercialização dos serviços educacionais nas instituições públicas.

O atual estado de expansão e privatização do ensino superior no país vem transformando a educação em mercadoria, ou seja, em unidade de negócios de cursos e atividades. Para que as instituições, gerenciadas por uma proposta de gestão empresarial, possam garantir sua sustentabilidade econômica e financeira, o produto ofertado deve ser flexível às exigências ditadas pelo mercado. Por conta disso, o desenvolvimento científico e cultural da comunidade acadêmica vem sendo prejudicado pela eliminação e pela reorganização das atividades que não agregam valor econômico. As disciplinas de formação humana e social vêm sendo gradativamente extintas da estrutura curricular, a fim de tornar as mensalidades mais acessíveis aos alunos/clientes, o que possibilita uma saída para os cursos superiores se tornarem mais competitivos frente o atual cenário educacional. As disciplinas de ordem prática passam a ser valorizadas em detrimento das disciplinas teóricas ligadas à formação integral do ser humano. A nova forma de organização do sistema econômico capitalista no plano mundial tem preconizado a formação de profissionais flexíveis e abertos a mudanças a curto prazo, de modo a atender as metamorfoses do mundo do trabalho.

Diante das transformações ocorridas no contexto da contemporaneidade, incluindo a reestruturação do capitalismo, a ascensão do modelo político-econômico neoliberal, cujas reformas têm estimulado a mercantilização da educação superior, lançam-se novos desafios à formação acadêmica. É preciso superar o modelo pedagógico, até então predominante, baseado na mera transmissão vertical de conhecimentos e das técnicas específicas ao exercício profissional, centradas na sociedade do trabalho. Para que os sujeitos sejam capazes de responder à complexidade e às exigências do mundo contemporâneo, a universidade precisa expandir seu processo formativo para além das atividades limitadas à preparação para o mercado de trabalho. No entanto, ao reportar-se aos desafios da formação universitária no bojo da sociedade global, torna-se necessário, primeiramente, analisar as características que compõe o atual cenário

educacional e as consequências provenientes das reformas educacionais de caráter neoliberal e do modelo de gestão empresarial às instituições de educação superior. Em observância às transformações aferidas pelo atual processo de mercantilização da educação superior, propõem-se importantes desafios à formação acadêmica e delibera-se sobre as funções da educação superior frente a uma sociedade complexa e dinâmica, acrescidas de mudanças que exigem a formação de cidadãos reflexivos e comprometidos com a promoção da dignidade humana.

## **2 | DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR À EXTINÇÃO DAS DISCIPLINAS HUMANAS E SOCIAIS**

As transformações na estrutura produtiva e política do capitalismo, agilizadas pelas conquistas das ciências e da tecnologia, agregaram valor econômico ao conhecimento e a educação superior. O processo de reprodução ampliada do capital e os avanços tecnológicos registrados, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, transformaram o valor das coisas e dos bens. As coisas passaram a ser diferentes e a ter valor diferente. O conhecimento passou a ser concebido como uma mercadoria altamente comercializável, sujeitando-se aos interesses do mercado e ao novo padrão de acumulação capitalista. E, contrariando o que acontece com os bens materiais, nos quais reside o valor de riqueza oriundo do processo produtivo industrial, as ideias emanadas do conhecimento, seguem existindo, mesmo depois de comercializadas. Para poder explorar com mais intensidade o seu potencial lucrativo, foram estabelecidas reformas no campo educacional, cujas propostas estimularam o aumento do número de instituições de ensino superior privado/mercantis e a comercialização das pesquisas no setor público. Os processos de globalização mediados pelo desenvolvimento das tecnologias da informação, somados aos objetivos e ações propostas pelo ideário neoliberal, especialmente no campo das políticas educacionais, colocaram em cheque a natureza e o papel da universidade. Conforme salienta Sguissardi (2008, p. 1013), essa tendência capitalista de transformar tudo em mercadoria, inclusive o conhecimento, abre a possibilidade de entender por que “os serviços educacionais, como um direito e um bem público, possam ser considerados como uma mercadoria, a educação-mercadoria, objeto de exploração de mais-valia ou de valorização”.

As reformas e modernização dos Estados nacionais, implantadas a partir da década de 1990, em especial nos países da América Latina, possibilitaram a disseminação e a legitimação das políticas de ajuste estrutural, consubstanciadas pelos organismos financiamento internacionais (Banco Mundial, FMI, OMC, BID, dentre outros). Os Estados-nação têm incorporado as metamorfoses que estão se produzindo na relação capital/trabalho e as diretrizes político-econômicas inerentes ao novo regime de acumulação capitalista. A subordinação das estratégias nacionais às exigências estabelecidas pela economia global implicou alterações no campo

das políticas públicas, em especial das políticas sociais, interferindo na lógica de financiamento da educação pública. Os programas de estabilização e ajuste estrutural, propostos pelo Consenso de Washington, condicionaram as políticas educacionais aos moldes da racionalidade econômica, imanente à nova fase de universalização do capitalismo. O economicismo e o privatismo adotados por vários países em desenvolvimento, inclusive pelo Brasil, em favor do ajuste econômico proposto pelo receituário neoliberal, incidiram majoritariamente sobre a gestão e o financiamento da educação superior. As medidas orçamentárias e a reestruturação da produção capitalista estimularam o processo de mercantilização desse nível de ensino, mediante a expansão do setor privado/mercantil e a crescente subordinação das universidades públicas às regras do mercado (BECHI, 2013).

Durante o processo de estabilização econômica e ajuste fiscal, as universidades públicas no Brasil foram submetidas ao arrocho salarial e à diminuição progressiva dos recursos destinados à sua manutenção e desenvolvimento. As reformas implementadas no âmbito da educação superior estimularam a diversificação das fontes de financiamento mediante o estabelecimento de parcerias entre as instituições públicas e o setor privado. Os neoliberais acreditavam que, com a consolidação desse marco estratégico, a eficiência e a qualidade desse setor transcenderiam os limites impostos pelo financiamento público. Isso porque, “mediante el suministro privado de educación postsecundaria se amplian las posibilidades educacionales con poco o ningún costo directo para el Estado, especialmente em los países donde las instituciones estatales son muy selectivas” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 37). Nessa direção, o documento *A Política para as Instituições Federais de Ensino Superior*, editado em julho de 1995, estabeleceu novas alternativas de financiamento às IFES, a serem efetivadas no exercício de sua autonomia: “as universidades serão estimuladas a buscar fontes adicionais de recursos junto a outras esferas do setor público e à iniciativa privada para ampliar o atendimento a outras demandas sociais que não o ensino” (BRASIL apud SGUISSARDI, 2009, p. 40).

Além de incentivar a implantação da autonomia universitária plena, o governo federal propôs a construção de políticas que viabilizassem uma maior diversificação do sistema de educação superior, mediante a criação de instituições não universitárias e o aumento das instituições privadas. Em atribuição a essa proposição, nos anos subsequentes à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-96) - documento proclamado favorável às políticas neoliberais praticadas pelo governo - foram publicados, respectivamente, os decretos nº 2.207/97, nº 2.306/97 e nº 3.860/01, os quais estabeleceram distinções inéditas no que diz respeito à natureza jurídica e à organização acadêmica das instituições de educação superior (IES). O reconhecimento das instituições privadas com fins lucrativos (empresas comerciais) e a implantação de políticas de diversificação institucional aceleraram o processo de privatização do ensino superior no Brasil. As facilidades de criação de IES privadas, de natureza civil ou comercial, transformaram a educação superior em “objeto de

lucro ou acumulação; uma mercadoria ou a *educação-mercadoria* de interesse dos empresários da educação, que viria se completar com seu par gêmeo de interesse de todos os empresários dos demais ramos industriais e comerciais, a *mercadoria-educação*” (RODRIGUES apud SGUISSARDI, 2008, p. 1000-1001).

A realidade da educação superior brasileira neste início de novo século não corresponde às exigências e desafios de caráter social, cultural e econômico deflagrados pelas transformações que caracterizam a sociedade global. Os centros universitários públicos e privados vêm enfrentando vários problemas em decorrência do intenso processo de mercantilização da educação superior, desencadeado, sobretudo, pelas reformas de ajuste fiscal e de modernização do Estado nacional. A redução dos investimentos públicos e a expansão do setor privado/mercantil, aliada ao aumento da competitividade, levaram as instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas a assumir novas estratégias políticas e administrativas. Para que as instituições, gerenciadas por uma proposta de gestão empresarial, possam garantir sua sustentabilidade econômica e financeira, apregoa-se a racionalização e “otimização” de recursos, a comercialização dos serviços educacionais e o aligeiramento dos processos formativos, por meio da flexibilização dos currículos. Por conta disso, o desenvolvimento científico e cultural da comunidade acadêmica vem sendo prejudicado pela eliminação e pela reorganização das atividades que não agregam valor econômico. As disciplinas de formação humana e social vêm sendo gradativamente extintas da estrutura curricular, a fim de tornar as mensalidades mais acessíveis aos alunos/clientes, o que possibilita uma saída para os cursos superiores se tornarem mais competitivos diante do atual cenário educacional. As disciplinas de ordem prática passam a ser valorizadas em detrimento das disciplinas teóricas ligadas à formação integral do ser humano.

As políticas educacionais, implementadas em sintonia com as transformações de ordem econômica e cultural retratadas pelo padrão de acumulação capitalista, estimularam a transformação desse setor em um bem de serviço comercializável, caracterizado pela predominância dos interesses privado/mercantis. A atual fase da globalização do capitalismo, caracterizada pela ascensão da racionalidade toyotista/neoliberal e das novas tecnologias da informação, vinculou o conhecimento e o processo pedagógico às leis do mercado, transformando a educação superior em negócio rentável. O processo de comercialização da educação superior, assegurado pelas reformas político-econômicas de caráter neoliberal, levou a uma acirrada disputada entre universidades, grupos educacionais e empresas, pela presença nos “mercados educacionais” mais promissores. Com a finalidade de obter altos lucros, empresas nacionais e internacionais vêm aumentando gradativamente seus investimentos, criando novos cursos e novos centros educacionais em todo o Brasil (BECHI, 2011).

Ao serem organizados de acordo com as perspectivas da economia de mercado, os cursos superiores começaram a sofrer inúmeras mudanças internas. Por estarem em consonância com o modelo empresarial, os principais agentes do processo de

ensino e aprendizagem assumiram novos papéis: o aluno passou a ser considerado um cliente e o professor assumiu a função de prestador de serviços. Para atender aos desejos dos alunos/clientes os resultados a serem obtidos são de natureza imediata. As disciplinas de formação humana e sociais estão sendo extintas dos currículos dos cursos de nível superior. Com isso, a duração dos cursos é encurtada, com vistas a diminuir os custos das mensalidades e, conseqüentemente, elevar a lucratividade e a competitividade da instituição no mercado educacional. “Competir e, no máximo, garantir a empregabilidade dos estudantes/clientes são as preocupações que afligem e ao mesmo tempo se põem como desafio para todos” (SGUISSARDI, 2008, p. 1015). Nesse sentido, ao mudarem os objetivos, mudaram-se também as atividades a serem realizadas. Em outras palavras, enquanto as finalidades da educação forem reduzidas ao mero aperfeiçoamento profissional, as atividades assumirão apenas uma conotação prática, deixando os elementos teóricos em segundo plano.

O constante empobrecimento dos currículos, com o intuito de aumentar a lucratividade em meio à eferescência do mercado educacional, está impossibilitando o desenvolvimento de profissionais críticos e comprometidos com as causas sociais. Se isso não bastasse, a flexibilização e adaptação da estrutura curricular aos interesses do mercado vêm prejudicando o acesso e a produção livre do conhecimento. As reformas educacionais de caráter neoliberal provocaram a dissolução do modelo único de universidade centrado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme preconiza o artigo 207 da Constituição Federal. Ao invés de contribuir para o avanço da pesquisa e da extensão, o novo formato atribuído ao sistema de ensino superior incentivou a expansão de instituições dedicadas exclusivamente ao ensino. Em atribuição a lógica contemporânea de acumulação de capital, a maioria das instituições de ensino superior não desenvolve o ensino associado à pesquisa e extensão, pois objetiva-se, a partir da racionalização das despesas de custeio e pessoal, tornar as mensalidades mais atraentes, aumentar sua participação no mercado e garantir um maior retorno financeiro.

### **3 | A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PROCESSO FORMATIVO-EDUCACIONAL HUMANO**

O processo de financiamento da educação superior no limiar do século XXI tem se pautado na racionalização e otimização dos recursos públicos, na parceria público-privada (PPP) e na abertura ao mercado/campo empresarial, de modo a aproximar a universidade do modelo de empresas prestadoras de serviço. As políticas educacionais de caráter neoliberal, visivelmente articuladas à lógica econômica do custo-benefício, propiciaram alterações substantivas na agenda da educação superior, acarretando sérios prejuízos à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico do país e à formação acadêmica. A diversificação das fontes de financiamento pelas instituições

públicas e o reconhecimento legal da IES privadas com fins lucrativos fortaleceram o clima de competição entre as instituições e alteraram a lógica do trabalho acadêmico. Na interpretação de Oliveira (1999, p. 152), o autofinanciamento e o intenso processo de privatização da educação superior “poderá levá-las a tomar forma de instituições ou empresas, preocupadas com a própria sobrevivência e/ou obtenção de dividendos. Isso poderá, ainda, alterar a identidade, o papel institucional, os compromissos sociais e a concepção de universidade pública”.

Tendo em vista as transformações ocorridas no âmbito da educação superior, espera-se que a universidade utilize suas experiências e seus conhecimentos em prol das expectativas e das necessidades da sociedade. A universidade precisa definir novos objetivos e finalidades a fim de superar o modelo de ensino baseado exclusivamente na transmissão e inculcação de informações. O ideal de universidade a ser construído deve promover o desenvolvimento de competências e de aprendizagem nos alunos, além de conscientizá-los sobre o papel do cidadão no seio da sociedade contemporânea. A prática pedagógica voltada à pura e simples transmissão de conhecimentos, centradas na sociedade do trabalho, deve ser substituída por um modelo pedagógico embasado na aprendizagem de novos métodos e novos processos capazes de integrar as pessoas à sociedade. A educação superior requer um processo formativo que prima pelo desenvolvimento de cidadãos críticos e responsáveis. Paviani (2009, p. 49-50) afirma que a aprendizagem dos estudantes deverá ser orientada “visando ao desenvolvimento de habilidades e competências não apenas profissionais, mas também pessoais; não apenas imediata, mas também ao longo de suas vidas”. Para que os sujeitos sejam capazes de responder à complexidade e às exigências do mundo contemporâneo, a universidade precisa expandir seu processo formativo para além das atividades limitadas à preparação para o mercado de trabalho.

Com a passagem da sociedade do trabalho à “sociedade do conhecimento”, aliada à lógica de reprodução do capital e às transformações socioculturais emergidas na contemporaneidade, a universidade vê-se questionada em seu âmago. Diante do dinamismo veloz da produção do conhecimento e da (re) configuração do trabalho e da produção, estimulado pelas inovações científicas e tecnológicas, não é possível sustentar a ideia de uma formação profissional baseadas em etapas bem definidas, centradas na preparação para um mercado do trabalho que não existe mais. A sociedade contemporânea, compreendida sob o ponto de vista produtivo e econômico, requer a formação de um profissional ágil e eficiente na constatação e resolução de problemas. Dentre os vários desafios que permeiam a formação acadêmica neste início de novo século, situa-se o desenvolvimento de competências que os tornem aptos a tomar decisões e a solucionar problemas de forma independente e flexível.

No entanto, por se tratar de uma sociedade plural e dinâmica, acrescida de vários problemas que afligem a humanidade, a formação acadêmica deve transcender as necessidades apresentadas pelo viés produtivo/econômico, centrada na formação de sujeitos flexíveis, ágeis e abertos a mudanças a curto prazo, levadas a cabo pelas

transformações ocorridas no mundo do trabalho e da produção. Quando analisada sob o ponto de vista social e cultural, a sociedade contemporânea requer a formação de profissionais reflexivos e comprometidos com o futuro da humanidade. Nesses termos, os alunos precisam participar de práticas que os instiguem a pensar e a refletir sobre questões sociais e éticas que envolvam a sua formação profissional e suas relações interpessoais. O ensino estritamente técnico não forma sujeitos autônomos, dispostos a sustentar sua independência e sua integridade espiritual diante dos mecanismos massificadores e perante os ideários consumistas que permeiam a vida contemporânea. O desenvolvimento do raciocínio crítico não acontece somente pela imposição vertical de conhecimentos. Para isso, os alunos devem ser agentes ativos do seu próprio processo de aprendizagem. Na visão de Panizzi (2006, p. 41), “pensar, ser sujeito ativo de sua construção pessoal e participar da vida social são – absolutamente – um importante, senão o mais significativo objetivo do processo educacional”.

Para que as instituições educacionais consigam manter sua relevância diante de um mundo dinâmico, acrescido constantemente de novas descobertas, as práticas de ensino precisam estar amparadas numa concepção metodológica que possibilite a formação de cidadãos autônomos, aptos a pensar e agir de forma reflexiva. Tendo em vista isso, não basta simplesmente exigir que os alunos memorizem os conteúdos referentes a cada disciplina. Um ensino centrado quase exclusivamente na ação do professor, descontextualizado da realidade e das necessidades dos alunos, não desperta a curiosidade indispensável à busca de novos conhecimentos. O ensino que se limita à repetição esquemática de conceitos “deixa de lado um aspecto substantivo da atividade docente – a capacidade criativa e inventiva que o conhecimento provoca” (CHIZZOTTI, 2001, p. 109). A produção do conhecimento em sala de aula requer a execução de práticas que incentivem o pensamento reflexivo e, conseqüentemente, a participação ativa dos alunos no decorrer do processo pedagógico. Além disso, a formação de mentes abertas e reflexivas constitui um dos pressupostos fundamentais para a construção de uma nova sociedade. Sem o desenvolvimento dessas capacidades intelectuais os sujeitos seriam facilmente manipulados pelos sistemas políticos e ideológicos. “Educar para a reflexão e na reflexão é tarefa essencial do presente, caso quisermos construir uma sociedade e uma humanidade distinta desta marcada radicalmente pela exploração” (GHEDIN, 2005, p. 146).

Essas interpretações aproximam-se da concepção de Kesselring (2007, p. 21) sobre a educação superior ao afirmar que “a preocupação central do ensino universitário é o esclarecimento e, para usar um termo do século XX, a emancipação”. Esse forte apelo, ocorrido nos últimos anos, em prol de uma educação que prioriza o desenvolvimento intelectual e a moral dos indivíduos, se estabelece em contrapartida à atual valorização da prática em detrimento das disciplinas humanas e sociais. O enxugamento e a flexibilização dos currículos, de acordo com as demandas do mercado educacional, vêm ameaçando a formação integral do ser humano. O fato é que, quando as instituições de ensino superior são administradas exclusivamente

na perspectiva do lucro e do negócio, tornando a competência técnica a única referência na educação dos indivíduos, os processos formativos passam a inibir o desenvolvimento crítico dos educandos. A estrutura universitária em elevação nos últimos anos, orientada por modelos de gestão empresarial, não vem desenvolvendo a reflexão e o desenvolvimento das habilidades de pensamento. Anísio Teixeira (apud SGUISSARDI, 2008, p. 1009) coloca em dúvida esse novo sistema de ensino superior, quando descreve:

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que universidades. Trata-se de manter uma atmosfera de saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber ativo e não morto nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva.

Para atingir tais anseios, a universidade deve estabelecer novas metas que venham a superar as transformações decorrentes dessa reorientação mercantilista da educação. É preciso romper o modelo acadêmico e pedagógico, predominante no Brasil e em toda a América Latina, voltado para atender apenas às necessidades do mundo do trabalho e à lógica do capital. Os altos índices de expansão da educação superior no Brasil e a transformação dos institutos e das faculdades em unidades de negócios são fatores responsáveis pela gradativa eliminação e marginalização das disciplinas humanas e sociais. O constante empobrecimento dos currículos, com o intuito de aumentar a lucratividade em meio à efervescência do mercado educacional, está impossibilitando o desenvolvimento de profissionais críticos e comprometidos com as causas sociais. Se isso não bastasse, a flexibilização e adaptação da estrutura curricular aos interesses do mercado vêm prejudicando o acesso e a produção livre do conhecimento.

Nesse sentido, para que o trabalho docente não fique atrelado exclusivamente às demandas do mercado, a universidade precisa criar condições que venham a incentivar e a fortalecer o desenvolvimento científico e cultural da comunidade acadêmica. Os cursos superiores com dedicação exclusiva ao ensino, em que a aprendizagem é o resultado do armazenamento e da memorização de conteúdos, não estão investindo significativamente no processo de produção científica. Em meio a um mercado educacional amplamente competitivo, a universidade é, atualmente, a principal responsável pelo fortalecimento da pesquisa científica. Porém, o processo de produção e de socialização dos conhecimentos não pode ocorrer sem que, antes, sejam levados em conta os problemas relacionados à destruição do meio ambiente, a diversidade humana, o multiculturalismo, à corrupção e a outras questões ligadas à qualidade de vida do ser humano. Esse processo formativo implica o surgimento de “um modelo de aplicação da ciência alternativo ao modelo de aplicação técnica, um modelo

que subordine o know-how técnico ao know-how ético e comprometa a comunidade científica existencial ética e profissionalmente com o impacto da aplicação” (SANTOS, 2008, p. 224).

Aliado a uma nova concepção teórico-metodológica, calcada nas estratégias de problematização e na construção de práticas reflexivas, os cursos de graduação devem estruturar-se de maneira a estimular os participantes a analisar e discutir rigorosamente sobre temas interculturais e pertinentes ao relativismo cultural. A educação multicultural e a reflexão crítica sobre diversos enfoques inerente a diversidade humana, mediante o questionamento filosófico segundo a tradição socrática, torna-se condição necessária à formação de cidadãos reflexivos, capazes de pensar de forma independente e de respeitar a dignidade da humanidade em cada pessoa e/ou cidadão. A problematização, ao fortalecer a interação e o embate de ideias, rompe com a normalidade das coisas, possibilitando que os alunos reconstruam e enriqueçam suas experiências de forma intersubjetiva. A reflexão e a argumentação crítica em âmbito acadêmico, desenvolvidas com o intuito de problematizar as normas e tradições da sociedade, conduzem à formação de pessoas responsáveis, com aptidões necessárias para controlar de forma autônoma seus raciocínios e emoções. De acordo com Nussbaum (2005, p. 51), o argumento crítico leva ao poder intelectual e à liberdade - uma transformação notável de si mesmo, onde antes havia sido indolente e preguiçoso - e também a uma mudança nas motivações e desejos do aluno. Tomando por base o estoicismo, a filósofa estadunidense parte do pressuposto de que as pessoas que costumam fazer um exame crítico de suas crenças são melhores cidadãos, no que diz respeito às suas emoções e pensamentos. Senso assim, os atributos necessários para se tornar um bom cidadão pensante não constitui-se um privilégio, mas se encontra em todos os cidadãos que possuam a capacidade e/ou estejam dispostos a raciocinar.

Do ponto de vista socrático, o exame interno, caracterizado pelo questionamento contínuo das próprias crenças, bem como das normas, valores e tradições culturais, é um componente indispensável a uma vida com sentido para qualquer cidadão. A formação de cidadãos verdadeiramente livres no sentido socrático requer o desenvolvimento de pessoas capazes de pensar por si mesmas e de argumentar corretamente sobre os diferentes problemas que envolvem a diversidade humana e a sociedade. Para isso, faz-se necessário a construção de um novo modelo de educação superior, comprometido com a formação do pensar crítico e reflexivo dos acadêmicos. Os cursos de graduação precisam imediatamente criar condições para que os alunos pensem, façam perguntas e argumentem sobre temas pertinentes a diversidade com flexibilidade e empatia. Dentre os desafios atribuídos à educação superior no contexto das sociedades complexas, apregoa-se a reestruturação do currículo de graduação, de modo a incluir estudos referentes à diversidade e ao multiculturalismo. A formação de cidadãos interconectados com as necessidades humanas e conscientes dos problemas sociais que, por sua vez, afetam os relacionamentos interpessoais, requer a construção de um modelo teórico-metodológico que propicie a reconstrução das experiências

subjetivas dos alunos, oferecendo-lhes novas possibilidades de interpretação dos problemas humanos e sociais. Para Dewey (1959, p. 118), a educação deve ampliar o horizonte de interpretações e as perspectivas de espírito: “quanto mais completa for a concepção, de alguém, das futuras realizações possíveis, menos sua atividade presente se sentirá manietada por um pequeno número de alternativas”, condicionadas à ênfases ideológicas e à hábitos dominantes.

O sistema de educação superior precisa preocupar-se com a formação dos futuros cidadãos numa época de diversidade cultural e de crescente internalização, em que o ser humano é constantemente desafiado a tomar decisões que requerem algum tipo de compreensão sobre os grupos raciais, étnicos, religiosos, bem como sobre a situação das mulheres e de grupos considerados minoria em função de sua inclinação sexual. Aliado às discussões sobre a diversidade, outros temas merecem ser explorados quando se deseja encontrar soluções eficazes aos prementes problemas humanos, incluindo: meio ambiente, climatologia, conflitos internacionais, população mundial e violência, cujos debates estão ocupando um lugar cada vez mais importante no âmbito das ciências sociais. Nesses termos, Nussbaum (2005, p. 25) acredita que a nova ênfase atribuída à diversidade nos currículos das faculdades e universidades é, acima de tudo, uma forma de assumir as novas exigências e as condições para o exercício da cidadania, além de seus deveres, direitos e privilégios; uma tentativa de produzir adultos que podem desenvolver-se como cidadãos de um mundo complexo e interconectado. Diante desses desafios, a filosofia e demais disciplinas ligadas às ciências humanas e sociais deveriam assumir um lugar central nos programas de graduação, em contrapartida ao enxugamento dos currículos, sobretudo pela extinção das disciplinas humanas e sociais, proliferado em decorrência do atual processo de mercantilização da educação superior.

A formação do profissional cidadão não se limita a mera apreensão/memorização de conteúdos e ao domínio de técnicas de raciocínio. Ser um cidadão do mundo significa aprender a ser um humano capaz de amar, imaginar e se colocar no lugar dos outros. Cabe ao cidadão ter consciência de que faz parte de uma comunidade universal da raça humana, cujos fins correspondem aos fins morais da justiça e do bem estar humano. Para atender a esses anseios, faz-se necessário uma educação multicultural; aquela que põe os estudantes em contato com fatos fundamentais da história e da cultura de grupos diferentes, incluindo as minorias étnicas, raciais, sociais e sexuais. O desenvolvimento da consciência sobre a diferença cultural é essencial para promover o respeito e a melhoria das relações interpessoais. Não é aceitável que os sistemas de ensino, em especial a educação superior, continuem produzindo cidadãos estreitos de mente, com dificuldades em entender as diferenças e cuja imaginação raramente se aventura a ir além de seu ambiente local (NUSSBAUM, 2005, p. 34). A educação deve desenvolver a capacidade de duvidar dos valores e virtudes absolutas, na medida em que se objetiva o que é bom para a vida humana em todas as partes do mundo. O choque com outras culturas, a partir de uma educação

que desperte o pensamento crítico, torna-se essencial para uma vida em contínuo exame, propiciando o cultivo da liberdade, da reflexão e da democracia.

O reconhecimento da perspectiva educacional de caráter socrático e a complexa transformação curricular, com vistas a incorporar uma variedade de enfoques sobre a diversidade humana nas atuais escolas superiores e universidades, pode ser benéfico para a democracia. Cabe às instituições de educação superior e aos responsáveis pela elaboração e execução das políticas educacionais questionarem como deve ser um cidadão no contexto das sociedades complexas e o que deve saber para enfrentar os desafios sociais, culturais e ambientais, de modo a transcender aos limites impostos pelo atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Na interpretação de Nussbaum (2005, p. 100), se a educação tem por objetivo preparar adequadamente os estudantes para enfrentar o complexo mundo que lhes espera, as instituições precisam cumprir um conjunto de disciplinas eletivas e conteúdos sobre a diversidade e multiculturalismo. Um graduado numa universidade tem que ser um tipo de cidadão capaz de atuar como participante inteligente nos debates que envolvem as diferenças, além de reconhecer o valor da vida humana em qualquer lugar que se manifeste e ver os outros ligados por capacidades e problemas humanos comuns, independentes das distâncias.

A democracia, assim como pensava Sócrates, necessita de cidadãos capazes de pensar por si mesmos e de defender argumentativamente suas crenças, ao invés de simplesmente aceitar as opiniões das autoridades e dos meios de comunicação. A reflexão e a deliberação são essenciais a uma sólida democracia e à busca permanente pela justiça. A democracia que tome o bem comum necessita de cidadãos que tenham a capacidade socrática de raciocinar acerca de suas crenças e de conviver com as diferenças. Independente das crenças religiosas e diferenças pessoais, todos os cidadãos fazem parte de uma democracia e precisam deliberar juntos. Não é aceitável que os seres humanos, especialmente aqueles formados no seio universitário, permitam que as diferenças de classe, gênero e étnica constituam barreiras ao convívio social. Assim como os estoicos convidavam os cidadãos do mundo a cultivar um entendimento empático das pessoas que são diferentes, na sociedade contemporânea os cidadãos precisam reconhecer a humanidade onde quer que estejam e a comprometer-se com essa comunidade de humanidade. Nosso comportamento deve ser sempre marcado pelo respeito à dignidade da razão e à escolha moral de todos os seres humanos, independentemente de sua origem, posição, gênero ou condição social (NUSSBAUM, 2005, p. 86).

A capacidade de discernir e respeitar em cada pessoa a dignidade da humanidade representa uma parte essencial do pensamento e do juízo justo em uma sociedade democrática pluralista que forma parte de um mundo mais complexo. A construção bem-sucedida de uma democracia estável somente é possível mediante a formação de cidadãos que realmente sejam capazes de rever a tradição de maneira crítica e reflexiva. A integração e o reconhecimento de grupos excluídos como cidadãos merecedores de igual respeito dependem de um processo formativo onde os alunos percebam seu

potencial de autonomia racional e autocrático. A vida examinada, caracterizada pela flexibilidade proporcionada pela abertura ao diálogo e ao autoquestionamento, constitui-se o objetivo central para a democracia. Nesses termos, a educação socrática exerce um papel relevante quando se objetiva cumprir a promessa da cidadania democrática. Uma sociedade que não atenda a essas necessidades cria barreiras para o livre intercâmbio e a comunicação da experiência humana. Na acepção de Dewey (1959, p. 106), “uma sociedade é democrática na proporção em que prepara todos os seus membros para com igualdade aquinhoarem de seus benefícios e em que assegura o maleável reajustamento de suas instituições por meio da interação das diversas formas de vida associada”. Uma sociedade móvel, caracterizada pelas constantes mudanças sociais e culturais, aliadas a uma maior diversidade de estímulos a que o indivíduo e as instituições têm de reagir, deve proporcionar meios para que seus membros sejam educados de modo a possuírem iniciativa individual e adaptabilidade.

Levando em conta essas considerações, não é aceitável que o processo de formação acadêmica tenha se limitado à internalização coletiva de um conjunto de conhecimentos específicos e técnicos relativos a uma determinada profissão. Isso porque, a construção de uma sociedade democrática requer a formação de profissionais reflexivos, capazes de respeitar e compreender a humanidade em sua diversidade. Em contrapartida ao enxugamento dos currículos, sobretudo mediante a extinção das disciplinas humanas e sociais, propaladas pelo atual processo de mercantilização da educação superior, direciona-se à educação, incluindo às instituições de educação superior, o papel de educar as pessoas para que possam desempenhar-se como cidadãos do mundo com sensibilidade e compreensão. Cabe às políticas educacionais estimular a reestruturação dos currículos de graduação, mediante a reintrodução das disciplinas de formação humana e a incorporação de uma variedade de enfoques sobre a diversidade humana, a fim de que todos os acadêmicos façam parte da comunidade de diálogo e de respeito, mostrando preocupação com o ser humano, independente de onde tenha nascido, sua posição, gênero e condição social. A educação superior deve criar estratégias que estimulem o desenvolvimento da personalidade humana para um sentido de dignidade pessoal e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e à liberdade, incluindo a tolerância e a amizade no interior de uma nação e na relação entre nações. O cidadão do mundo precisa desenvolver a compreensão e a empatia para com as culturas distantes e em relação às minorias étnico/raciais, religiosas, políticas, de gênero, dentre outras que fazem parte da sua própria cultura (NUSSBAUM, 2005).

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa suscita o urgente debate sobre os rumos que a educação superior e a formação acadêmica precisam tomar num contexto marcado pela instrumentalização/

mercantilização da educação superior. Para tanto, parte-se do pressuposto de que a educação superior irá atender aos anseios da população – incluindo aspectos científicos, tecnológicos, políticos e sociais - e proporcionar melhorias nas condições sociais na medida em que valorizar o desenvolvimento intelectual e moral dos indivíduos, por meio de um processo formativo calcado nos ideais democráticos e na valorização da pesquisa. Para que o trabalho docente não fique atrelado exclusivamente às demandas do mercado e à lógica do capital, as instituições de educação superior precisam criar condições que incentivam e fortaleçam o desenvolvimento científico e cultural da comunidade acadêmica. Nessa direção, duas condições básicas se fazem necessárias: a intensificação do investimento em pesquisa e a valorização das disciplinas humanas e sociais. No que se refere ao primeiro aspecto, o envolvimento efetivo de professores e de alunos em atividades de pesquisa constitui um antídoto contra o estado de fragmentação do conhecimento, levado a cabo pelo atual processo de instrumentalização da educação superior. Em outras palavras, em vez de serem apenas receptores de informações, os agentes desse processo investigativo são levados a produzir conhecimentos, participando ativa e efetivamente da elaboração cultural e científica da comunidade acadêmica e da sociedade.

O processo de produção e de socialização dos conhecimentos não pode ocorrer sem antes levar em consideração os problemas relacionados à diversidade humana, ao multiculturalismo, à destruição do meio ambiente, à corrupção e a outras questões ligadas à qualidade de vida do ser humano. Em oposição ao modelo empresarial de ensino, as instituições devem propiciar aos alunos, com o apoio das disciplinas humanas e sociais, práticas pedagógicas que os levem a pensar de modo reflexivo sobre o ser humano e sua relação com o mundo. Além disso, a aplicação de tais disciplinas poderia contribuir significativamente para a formação de cidadãos atuantes e responsáveis. A sociedade necessita, portanto, de profissionais comprometidos com o social. Nesse sentido, o apoio à pesquisa e à valorização das disciplinas humanas e sociais são fatores que contribuirão para a superação dos desafios colocados à educação superior, incentivando e fortalecendo o processo de emancipação dos educandos e a formação de profissionais reflexivos e comprometidos com a promoção da dignidade humana. A consolidação de uma nova forma de trabalho que propicie o desenvolvimento das individualidades e a plena realização e emancipação do ser social requer a superação do modelo educacional mercantilista e instrumental centrado na redução dos investimentos e na produção de mais-valia. Para Mézáros (2008, p. 73), a emancipação dos indivíduos sociais não “é concebível sem a intervenção mais ativa da educação, entendida na sua orientação concreta, no sentido de uma ordem social que vá para além dos limites do capital”.

## RERERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. *La Enseñanza Superior: las perspectivas de La experiencia (El Desarrollo em la*

prática). 1ª ed. em espanhol. Washington/DC: BIRD/Banco Mundial, 1995.

BECHI, Diego. Mercantilização do ensino superior: desafios da universidade diante do atual cenário educacional. *Acta Scientiarum. Education*, Maringá, v. 33, n. 1, p. 139-147, 2011.

\_\_\_\_\_. *O financiamento da educação superior: uma análise do PNE 2001-2010*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.

\_\_\_\_\_. A formação do professor reflexivo à luz da concepção pragmática deweyana de educação. In: FÁVERO, Altair A.; TONIETO, Carina. *Leituras sobre John Dewey e a educação*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

BRASIL. Constituição (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

CHIZZOTTI, Antonio. Metodologia do ensino superior: o ensino com pesquisa. in: CASTANHA, Sérgio; CASTANHO, Maria E. (orgs.). *Temas e textos em metodologia do ensino superior*. Campinas: Papyrus, 2001, pp. 103-111.

DEWEY, John. *Democracia e educação: introdução à filosofia da educação*. 3 ed. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1959.

FÁVERO, Altair A.; BECHI, Diego. O conceito de experiência e a formação para a democracia numa perspectiva Deweyana. *Educação*, Santa Maria, v. 43, n.4, out./dez. 2018.

GHEDIN, Evandro. Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. in: PIMENTA, Selma G.; GHEDIN, Evandro (Orgs). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 129-150.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, SP: Loyola, 2007.

KESSELRING, T. Universidade, economia e sociedade: notas sobre o desenvolvimento atual das universidades europeias. *Chronos*, v. 34, v.1, 2007, p. 15-29.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NUSSBAUM, Martha C. *El cultivo de la humanidad: una defensa clásica de la reforma en la educación liberal*. Barcelona: Paidós, 1997.

OLIVEIRA, João Ferreira. A nova reforma da educação superior no Brasil: o processo de desorganização do sistema e de desajustamento da universidade pública. In: SILVA, Rinalva C. (Org.). *Educação para o século XX: dilemas e perspectivas*. Piracicaba: UNIMEP, 1999, p. 147 – 159.

PANIZZI, Wraza. *Universidade para quê?* Porto Alegre: Libretos, 2006.

PAVIANI, Jaime. Ainda é possível a formação universitária? In: FÁVERO, A.; CENCI, A.; TROMBETTA, G. (orgs). *Universidade, filosofia e cultura*. Passo Fundo: UPF Editora, 2009, p. 44-55.

PAVIANI, Jaime. Os desafios da universidade comunitária. *Chronos*, v. 34, v.1, 2007, p. 30-45.

PIMENTA, Selma G. Professor reflexivo: construindo uma crítica. in: PIMENTA, Selma G.; GHEDIN, Evandro. (Orgs.). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 17-52.

SANTOS, Boaventura de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo:

Cortez, 2008.

SGUISSARDI, Valdemar. SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação e sociedade*, Campinas, v. 29, 2008, n. 105, 991-1019, set.-dez. 2008.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-476-4

